



Câmara Municipal de Alto Santo

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 2022.08.22.01.

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTO SANTO ATRAVÉS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO SANTO COM A EMPRESA SÃO JOSÉ MÓVEIS PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA

O MUNICÍPIO DE ALTO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Rua Joaquim Rogério Cabó, nº 38 – Bairro: Centro, Alto Santo-Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 69.727.931/0001-92, através da Câmara Municipal de Alto Santo, neste ato representado pela(o) Secretária(o), Sr(a). FRANCISCO RÉNNIO MONTEIRO DIÓGENES, doravante denominado de **CONTRATANTE**, no final assinado, e do outro lado, a Empresa **SÃO JOSÉ MÓVEIS**, com sede na Rua Raimundo Mariano de Melo, 280, Centro, CEP: 59.830-00 - Rodolfo Fernandes, inscrita no CNPJ/MF nº 40.727.493/0001-80, representada pelo Sra. CARLA PATRÍCIA SOUZA LIMA, inscrito no CPF/MF n.º 017.844.664-50, no final assinada, doravante denominada de **CONTRATADA**, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os Contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O presente contrato tem por objeto CONFECCÃO DE GALERIA DE VEREADORES GESTÃO 2022 E PRODUÇÃO E CONFECCÃO DE EMOLDURAMENTO DE FOTO OFICIAL, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO SANTO, conforme detalhamento dos serviços abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD
---------------	-----	-----

Rua: Joaquim Rogério Cabó, Nº 38 Centro -
Alto Santo-CECNPJ: 69.727.931/0001-92 | CEP:
62.970-000

Carla Patricia Souza Lima



Câmara Municipal de Alto Santo

Confecção de galeria de fotos em papel fotografico com moldura de madeira e vidro incolor 3mm, medindo 70 x 110	Und.	01
Confecção de mini galerias em papel fotográfico com moldura de alumínio, Eucatex 3mm, medindo 25x35	Und.	13
Confecção de prisma de identificação em papel fotográfico, com vidro incolor 8mm, medindo 08cm x 28cm comprimento.	Und.	11
Confecção foto do presidente em papel fotográfico com moldura, medindo 30x40.	Und.	02

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1- O presente Contrato tem como fundamento o **Art. 24, inciso II** da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS	
			UNIT	TOTAL
Confecção de galeria de fotos em papel fotografico com moldura de madeira e vidro incolor 3mm, medindo 70 x 110	Und.	01	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
Confecção de mini galerias em papel fotográfico com moldura de alumínio, Eucatex 3mm, medindo 25x35	Und.	13	R\$ 250,00	R\$ 3.250,00
Confecção de prisma de identificação em papel fotográfico, com vidro incolor 8mm, medindo 08cm x 28cm comprimento.	Und.	11	R\$ 180,00	R\$ 1.980,00
Confecção foto do presidente em papel fotográfico com moldura, medindo 30x40.	Und.	02	R\$ 220,00	R\$ 440,00

3.1-O valor global deste Contrato é de **R\$ 9.270,00 (Nove mil duzentos e setenta reais)**, irrevogável, nele estando incluídas todas as despesas e custos necessários a sua perfeita execução, a ser pago após a prestação do serviço pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

4.1 Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda os 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da



Câmara Municipal de Alto Santo

proposta, com base no índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro equivalente que venha a substituí-lo, caso este seja extinto.

4.2. **REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, “d” da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

4.3. Independente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias á execução dos serviços, inclusive as relacionadas com produtos, equipamento e mão de obras.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1- O presente contrato tornar-se-á efetivo a partir da data de sua assinatura **até 31 de Dezembro**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

6.1. Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados e concluídos **até o dia 31 de Dezembro**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.2. Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização da Câmara Municipal de **Alto Santo**.

6.3. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos a **CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO SANTO**, até 05 (cinco) dias antes da data do término do prazo contratual.

6.4. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela **CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO SANTO**, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1- A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei de Licitações.



Câmara Municipal de Alto Santo

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 8.1- A fatura relativa aos serviços prestados deverá ser apresentada à CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO SANTO, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.
- 8.2. A fatura constará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês;
- 8.3- Caso o faturamento seja aprovado pela CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO SANTO, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 9.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 9.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 9.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1- Executar o objeto deste Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos, no Termo Contratual;
- 10.2- Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 10.3- Utilizar profissionais devidamente habilitados;
- 10.4 - Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 10.5- Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 10.6- Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;
- 10.7- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 10.8- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual;



Câmara Municipal de Alto Santo

10.9-Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal DE ADMINISTRAÇÃO por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal DE ADMINISTRAÇÃO;

10.10 - Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

10.11- Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

10.12- Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante

b.2) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 05 (cinco) meses;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO SANTO, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.4) os valores das multas referidos nesta cláusula serão descontados “ex-officio” da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO SANTO, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL



Câmara Municipal de Alto Santo

- 12.1- O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei no 8.666/93;
- 12.2- Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei no 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1o a 4o, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FONTE DE RECURSOS

13.1 - O valor global deste contrato correrá por conta dos recursos oriundos do Tesouro Municipal, com a seguinte dotação orçamentária n.º **0101.01.031.0001.2.001 - Gerenciamento das Atividades Legislativas**, elemento de despesa **3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1- Fica eleito o foro da Comarca de **Alto Santo**, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente contrato, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertadas as partes firma o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Alto Santo- CE, 22 de Agosto de 2022.

FRANCISCO RÉNNIO MONTEIRO DIÓGENES
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
ALTO SANTO
CONTRATANTE

SÃO JOSÉ MÓVEIS
CNPJ: 40.727.493/0001-80
CONTRATADA

Testemunhas:

01. Karla Eleny Maia Silva
Nome: KARLA ELENY MAIA SILVA
CPF: 080.131.233-75

02. Francisco Tiago P. Diógenes
Nome: FRANCISCO TIAGO P. DIÓGENES
CPF: 041.986.853-47